

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

Prefácio

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

Apresentação

Reynaldo Soares da Fonseca

CURSO DE
DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

1128486

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C887c	Costa, Daniel Castro Gomes da
	Curso de Direito Processual Eleitoral / Daniel Castro Gomes da Costa. Belo Horizonte : Fórum, 2018. 693p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-85-450-0544-5
	1. Direito. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito Processual. 4. Ações Eleitorais. 5. Recursos Eleitorais. I. Título.
2018-718	CDD 324.63 CDU 342.8

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Curso de Direito Processual Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 693p. ISBN 978-85-450-0544-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	21
--	----

APRESENTAÇÃO

Reynaldo Soares da Fonseca	25
----------------------------------	----

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL	29
--	-----------

1.1	Direitos políticos.....	29
1.2	Direito Eleitoral.....	31
1.2.1	Conceitos, fundamentos e importância	31
1.2.2	Fontes do direito eleitoral.....	33
1.2.2.1	Fontes materiais.....	34
1.2.2.2	Fontes formais.....	34
1.3	Modelos de organização eleitoral	36
1.4	Direito processual eleitoral	41

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL.....	45
--	-----------

2.1	Conceito	45
2.2	Princípio Democrático	47
2.3	Princípio da Representatividade.....	52
2.4	Estado Democrático de Direito.....	57
2.5	Princípio da Soberania Popular	63
2.6	Princípio Republicano	66
2.7	Princípio Federativo	68
2.8	Sufrágio Universal.....	70
2.9	Princípio da Legitimidade	78
2.10	Princípio da Moralidade.....	80
2.11	Princípio da Probidade	84
2.12	Princípios processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral.....	88
2.12.1	Princípio do Devido Processo Legal.....	88
2.12.2	Princípio do Contraditório.....	91
2.12.3	Princípio da Ampla Defesa	93

2.12.4	Princípio da Igualdade	95
2.12.5	Princípio do Juiz Natural	102
2.12.6	Princípio da Vedação à Prova Ilícita.....	104
2.12.7	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	110
2.12.8	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	112
2.12.9	Preclusão Instantânea.....	114
2.12.10	Irrecorribilidade das decisões de Tribunal Superior Eleitoral	117

CAPÍTULO 3

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO		121
3.1	Sistema eleitoral majoritário	122
3.2	Sistema eleitoral proporcional.....	123
3.3	Sistema eleitoral - Eleições 2018.....	125

CAPÍTULO 4

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....		127
4.1	Competência legislativa	127
4.2	Constituição Federal	127
4.3	Código Eleitoral	130
4.4	Lei das Eleições - Lei nº 9.504 de 1997	131
4.5	Lei dos Partidos Políticos - Lei nº 9.096 de 1995.....	132
4.6	Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar nº 64 de 1990	133

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....		135
5.1	Juntas Eleitorais	136
5.2	Juizes eleitorais	137
5.3	Tribunais Regionais Eleitorais.....	138
5.3.1	Composição	138
5.3.2	Competência.....	139
5.3.2.1	Competência jurisdicional	140
5.3.2.2	Competência administrativa	141
5.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	142
5.4.1	Composição	142
5.4.2	Competência.....	144
5.4.2.1	Competência jurisdicional	144
5.4.2.1.2	Competência administrativa	145
5.4.2.1.3	Competência normativa	146
5.5	Organograma da Justiça Eleitoral Brasileira	148
5.6	Ministério Público Eleitoral	149
5.6.1	Noções introdutórias	149

5.6.2	Procurador-Geral Eleitoral.....	152
5.6.3	Procuradores Regionais Eleitorais.....	152
5.6.4	Promotores eleitorais	153

CAPÍTULO 6

AÇÕES ELEITORAIS.....		155
6.1	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	157
6.1.1	Conceito	157
6.1.2	Fundamentação legal.....	160
6.1.3	Natureza jurídica.....	161
6.1.4	Legitimidade	164
a	Ativa	164
b	Passiva.....	165
6.1.5	Prazo.....	167
6.1.6	Competência.....	169
6.1.7	Rito processual.....	169
6.1.8	Efeitos	171
6.1.9	Recursos.....	171
6.1.10	Resumindo.....	172
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	172
6.2.1	Conceito	172
6.2.2	Fundamentação legal	174
6.2.3	Natureza da AIME	174
6.2.4	Legitimidade	174
a	Ativa	174
b	Passiva.....	178
6.2.5	Prazo.....	179
6.2.6	Competência.....	180
6.2.7	Rito processual.....	180
6.2.8	Efeitos	183
6.2.9	Recursos.....	185
6.2.10	Resumindo.....	186
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	186
6.3.1	Conceito	186
6.3.2	Fundamentação legal.....	187
6.3.3	Natureza jurídica.....	189
6.3.4	Legitimidade	190
a	Ativa	190
b	Passiva	193
6.3.5	Prazo.....	193

6.3.6	Competência.....	194
6.3.7	Rito processual.....	194
6.3.8	Efeitos	195
6.3.9	Recursos.....	195
6.3.10	Peculiaridades da AIRC	195
6.3.11	Resumindo.....	204
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI)	204
6.4.1	Conceito	204
6.4.2	Fundamentação legal	206
6.4.3	Natureza Jurídica	207
6.4.4	Legitimidade	207
a	Ativa	207
b	Passiva.....	209
6.4.5	Prazo.....	210
6.4.6	Competência.....	211
6.4.7	Rito processual.....	212
6.4.8	Efeitos	214
6.4.9	Recursos.....	214
6.4.10	Resumindo.....	215
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI).....	216
6.5.1	Conceito	216
6.5.2	Fundamentação legal	223
6.5.3	Natureza jurídica.....	224
6.5.4	Legitimidade	225
a	Ativa	225
b	Passiva.....	227
6.5.5	Prazo.....	227
6.5.6	Competência.....	228
6.5.7	Rito processual.....	228
6.5.8	Efeitos	229
6.5.9	Recursos.....	231
6.5.10	Resumindo.....	232
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI).....	232
6.6.1	Conceito	232
6.6.2	Fundamentação legal.....	233
6.6.3	Natureza jurídica.....	233
6.6.4	Legitimidade	234
a	Ativa	234
b	Passiva	235
6.6.5	Prazo.....	235

6.6.6	Competência.....	237
6.6.7	Rito processual.....	237
6.6.8	Efeitos	239
6.6.9	Recursos.....	241
6.6.10	Resumindo.....	242
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS).....	242
6.7.1	Conceito	242
6.7.2	Fundamentação legal.....	243
6.7.3	Natureza jurídica.....	249
6.7.4	Legitimidade	249
a	Ativa	249
b	Passiva.....	250
6.7.5	Prazo.....	252
6.7.6	Competência.....	252
6.7.7	Rito processual.....	254
6.7.8	Efeitos	255
6.7.9	Recursos.....	257
6.7.10	Resumindo.....	258
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV).....	258
6.8.1	Conceito	258
6.8.2	Fundamentação legal.....	260
6.8.3	Natureza jurídica.....	271
6.8.4	Legitimidade	271
a	Ativa	271
b	Passiva.....	271
6.8.5	Prazo.....	272
6.8.6	Competência.....	272
6.8.7	Rito Processual.....	273
6.8.8	Efeitos	273
6.8.9	Recursos.....	277
6.8.10	Resumindo.....	277
6.9	Ação rescisória eleitoral.....	278
6.9.1	Conceito	278
6.9.2	Fundamentação legal.....	279
6.9.3	Natureza jurídica.....	281
6.9.4	Legitimidade	283
a	Ativa	283
b	Passiva.....	284
6.9.5	Prazo.....	284

6.9.6	Competência.....	285
6.9.7	Rito processual.....	285
6.9.8	Efeitos.....	287
6.9.9	Recursos.....	287
6.9.10	Resumindo.....	288
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL).....	288
6.10.1	Conceito.....	288
6.10.2	Fundamentação legal.....	289
6.10.3	Natureza jurídica.....	290
6.10.4	Legitimidade.....	290
a	Ativa.....	290
b	Passiva.....	291
6.10.5	Prazos.....	291
6.10.6	Competência.....	294
6.10.7	Rito processual.....	295
6.10.8	Efeitos.....	296
6.10.9	Recursos.....	301
6.10.10	Resumindo.....	302
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular.....	302
6.11.1	Conceito.....	302
6.11.2	Fundamentação legal.....	306
6.11.3	Natureza jurídica.....	307
6.11.4	Legitimidade.....	307
a	Ativa.....	307
b	Passiva.....	307
6.11.5	Prazos.....	308
6.11.6	Competência.....	310
6.11.7	Rito processual.....	310
6.11.8	Efeitos.....	310
6.11.9	Recursos.....	310
6.11.10	Resumindo.....	312
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP).....	312
6.12.1	Conceito.....	312
6.12.2	Fundamentação legal.....	313
6.12.3	Natureza Jurídica.....	313
6.12.4	Legitimidade.....	314
a	Ativa.....	314
b	Passiva.....	315
6.12.5	Prazos.....	316
6.12.6	Competência.....	318

6.12.7	Rito processual.....	318
6.12.8	Efeitos	321
6.12.9	Recursos.....	321
6.12.10	Resumindo.....	322
6.13	Consulta	322
6.13.1	Conceito	322
6.13.2	Fundamentação legal.....	323
6.13.3	Natureza jurídica.....	324
6.13.4	Legitimidade	324
a	Ativa	324
b	Passiva.....	328
6.13.5	Prazo.....	328
6.13.6	Competência.....	328
6.13.7	Rito processual.....	329
6.13.8	Efeitos e recursos	332
6.13.9	Resumindo.....	333
6.14	Prestação de contas de campanha eleitoral	333
6.14.1	Conceito	333
6.14.2	Fundamentação legal.....	336
6.14.3	Natureza Jurídica	336
6.14.4	Legitimidade	337
a	Ativa	337
b	Passiva.....	341
6.14.5	Prazo.....	341
6.14.6	Competência.....	345
6.14.7	Rito processual.....	345
	Prestação de contas comum.....	345
	Prestação de contas simples	356
6.14.8	Efeitos	360
6.14.9	Recursos.....	362
6.14.10	Resumindo.....	363

CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS	365
7.1 <i>Habeas Data</i>	365
7.1.1 Conceito	365
7.1.2 Fundamentação legal.....	366
7.1.3 Natureza jurídica.....	367
7.1.4 Legitimidade	367
a Ativa	367

b	Passiva	367
7.1.5	Prazo	367
7.1.6	Competência	368
7.1.7	Rito processual	369
7.1.8	Efeitos	370
7.1.9	Recursos	371
7.1.10	Resumindo	371
7.2	Mandado de Injunção	372
7.2.1	Conceito	372
7.2.2	Fundamentação legal	372
7.2.3	Natureza jurídica	373
7.2.4	Prazo	373
7.2.5	Competência	373
7.2.6	Legitimidade	374
a	Ativa	374
b	Passiva	374
7.2.7	Rito processual	374
7.2.8	Efeitos	375
7.2.9	Recursos	376
7.2.10	Resumindo	377
7.3	Mandado de Segurança no direito eleitoral	377
7.3.1	Conceito	377
7.3.2	Fundamentação legal	379
7.3.3	Natureza jurídica	380
7.3.4	Legitimidade	382
a	Ativa	382
b	Passiva	386
7.3.5	Prazo	386
7.3.6	Competência	386
7.3.7	Rito processual	387
7.3.8	Efeitos	388
7.3.9	Recursos	388
7.3.10	Resumindo	389

CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS	391	
8.1	Considerações iniciais	391
8.2	Embargos de Declaração	392
8.2.1	Conceito	392
8.2.2	Fundamentação Legal	393

8.2.3	Natureza jurídica.....	396
8.2.4	Legitimidade.....	396
a	Ativa.....	396
b	Passiva.....	397
8.2.5	Prazo.....	397
8.2.6	Competência.....	399
8.2.7	Rito processual.....	399
8.2.8	Efeitos.....	401
8.2.9	Recursos.....	403
8.2.10	Resumindo.....	403
8.3	Agravo Interno.....	403
8.3.1	Conceito.....	403
8.3.2	Fundamentação legal.....	404
8.3.3	Natureza jurídica.....	404
8.3.4	Legitimidade.....	404
a	Ativa.....	404
b	Passiva.....	405
8.3.5	Prazo.....	405
8.3.6	Competência.....	406
8.3.7	Rito processual.....	406
8.3.8	Efeitos.....	408
8.3.9	Recursos.....	408
8.3.10	Resumindo.....	408
8.4	Agravo de Instrumento.....	409
8.4.1	Conceito.....	409
8.4.2	Fundamentação legal.....	409
8.4.3	Natureza Jurídica.....	412
8.4.4	Legitimidade.....	412
a	Ativa.....	412
b	Passiva.....	412
8.4.5	Prazo.....	413
8.4.6	Competência.....	413
8.4.7	Rito processual.....	413
8.4.8	Efeitos.....	414
8.4.9	Recursos.....	414
8.4.10	Resumindo.....	415
8.5	Recurso Ordinário.....	415
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	416
8.5.1.1	Conceito.....	416
8.5.1.2	Fundamentação legal.....	416
8.5.1.3	Natureza.....	418

8.5.1.4	Legitimidade	418
a	Ativa	418
b	Passiva	418
8.5.1.5	Prazo	418
8.5.1.6	Competência	419
8.5.1.7	Rito processual	419
8.5.1.8	Efeitos	420
8.5.1.9	Resumindo	420
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral	421
8.5.2.1	Conceito	421
8.5.2.2	Fundamentação legal	421
8.5.2.3	Natureza Jurídica	423
8.5.2.4	Legitimidade	423
a	Ativa	423
b	Passiva	423
8.5.2.5	Prazo	424
8.5.2.6	Competência	424
8.5.2.7	Rito processual	424
8.5.2.8	Efeitos	425
8.5.2.9	Recursos	425
8.5.2.10	Resumindo	426
8.6	Recurso Especial	426
8.6.1	Conceito	426
8.6.2	Fundamentação legal	427
8.6.3	Natureza jurídica	429
8.6.4	Legitimidade	429
a	Ativa	429
b	Passiva	430
8.6.5	Prazo	431
8.6.6	Competência	432
8.6.7	Rito processual	432
8.6.8	Efeitos	435
8.6.9	Recursos	436
8.6.10	Resumindo	437
8.7	Recurso Extraordinário	437
8.7.1	Conceito	437
8.7.2	Fundamentação Legal	438
8.7.3	Natureza jurídica	441
8.7.4	Legitimidade	441
a	Ativa	441

b	Passiva.....	441
8.7.5	Prazo.....	441
8.7.6	Competência.....	442
8.7.7	Rito processual.....	442
8.7.8	Efeitos.....	446
8.7.9	Recursos.....	446
8.7.10	Resumindo.....	447
8.8	Reclamação.....	447
8.8.1	Conceito.....	447
8.8.2	Fundamentação legal.....	448
8.8.3	Natureza jurídica.....	449
8.8.4	Legitimidade.....	450
a	Ativa.....	450
b	Passiva.....	450
8.8.5	Prazo.....	450
8.8.6	Competência.....	450
8.8.7	Rito processual e peculiaridades.....	452
8.8.8	Resumindo.....	453
8.9	Recursos inominados eleitorais.....	453
8.9.1	Conceito.....	453
8.9.2	Fundamentação legal.....	453
8.9.3	Natureza jurídica.....	455
8.9.4	Legitimidade.....	455
a	Ativa.....	455
b	Passiva.....	456
8.9.5	Prazo.....	456
8.9.6	Competência.....	458
8.9.7	Rito processual.....	459
8.9.8	Efeitos.....	460
8.9.9	Recursos.....	460
8.9.10	Resumindo.....	461

CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS.....	463	
9.1	Considerações iniciais.....	463
9.2	Recurso em Sentido Estrito.....	470
9.2.1	Conceito.....	470
9.2.2	Fundamentação legal.....	470
9.2.3	Natureza jurídica.....	472
9.2.4	Legitimidade.....	472

a	Ativa	472
b	Passiva	472
9.2.5	Prazo	472
9.2.6	Competência.....	473
9.2.7	Rito processual.....	473
9.2.8	Efeitos	473
9.2.9	Recursos	473
9.2.10	Resumindo.....	474
9.3	<i>Habeas Corpus</i>	474
9.3.1	Conceito	474
9.3.2	Fundamentação legal.....	474
9.3.3	Natureza jurídica.....	477
9.3.4	Legitimidade	477
a	Ativa	477
b	Passiva	478
9.3.5	Prazo	478
9.3.6	Competência.....	478
9.3.7	Rito Processual.....	479
9.3.8	Efeitos	481
9.3.9	Recursos	481
9.3.10	Resumindo.....	482
9.4	Revisão Criminal Eleitoral.....	483
9.4.1	Conceito	483
9.4.2	Fundamentação legal.....	483
9.4.3	Natureza jurídica.....	484
9.4.4	Legitimidade	484
a	Ativa	484
b	Passiva	485
9.4.5	Prazo.....	485
9.4.6	Competência.....	485
9.4.7	Rito processual.....	485
9.4.8	Efeitos	485
9.4.9	Resumindo.....	486
REFERÊNCIAS.....		487
ANEXOS.....		493
ANEXO 01		
SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL		495

ANEXO 02

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA ELEITORAL	499
--	-----

ANEXO 03

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	501
--	-----

ANEXO 04

RESOLUÇÕES DO TSE PARA AS ELEIÇÕES DE 2018	521
Resolução nº 23.478 de 10 de maio de 2016	521
Resolução nº 23.521 de 1º de março de 2018	525
Resolução nº 23.547 de 18 de dezembro de 2017	533
Resolução nº 23.548 de 18 de dezembro de 2017	545
Resolução nº 23.549 de 18 de dezembro de 2017	561
Resolução nº 23.550 de 18 de dezembro de 2017	567
Resolução nº 23.551 de 18 de dezembro de 2017	581
Resolução nº 23.552 de 18 de dezembro de 2017	611
Resolução nº 23.553 de 18 de dezembro de 2017	615
Resolução nº 23.555 de 18 de dezembro de 2017	653
CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2018	653
Resolução nº 23.556 de 18 de dezembro de 2017	683